



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ROLIM DE MOURA
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO DO
CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO



A LUTA PELA TERRA:

Pedagogias da formação do assentamento palmares¹

Maria Costa de Oliveira²

Samilo Takara³

*Vontade de viver coragem de lutar
Pra conquistar a terra e ter onde morar
Trabalhador é que sofre e derrama pranto
Mas esse pranto de justiça não se cerra
O empresário que explora do outro lado
Só cria gado, favelado e sem terra
Se foi Zumbi e ainda ficou Palmares
São os lugares que se dá ocupação
Se a burguesia é contra a Reforma Agrária
A gente planta essa semente lá no chão
A Catarina com pouca sabedoria
Há pouco tempo ela é da direção
Seu Malaquias que nunca foi na escola
Já tem um pique pra juntar o mutirão
A injustiça anda solta no Brasil
Onde se viu polícia matar posseiro?
É uma tristeza o povo não sabe votar
Põe um gambá vigiar o galinheiro
(Canguru, 1998)*

RESUMO

Este trabalho objetiva lançar conversações sobre as inúmeras transformações que ocorrem em constante devir nos sujeitos sociais e no contexto político-econômico em que se encontram inseridos a partir de reflexões e provocações de caráter pedagógico quando imersos nos processos de luta pela terra. Essas transformações são germinadas no chão da realidade, ao

¹ Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: airmatsoc954@gmail.com

³ Professor do Departamento de Educação do Campus Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia (DEPED/RM/UNIR). Professor orientador. E-mail: samilo@unir.br

serem nutridas pelos desafios que são apresentados quando se descortina o aparente óbvio, e assim surgem novas alternativas para que as desigualdades sejam contornadas dando lugar à justiça e a igualdade no campo. Por isso, parte-se do pressuposto de que a luta pela terra possui em sua centralidade um processo pedagógico, pois os sujeitos sociais, de modo coletivo e comprometido com a terra, reúnem-se para partilhar os ensinamentos e se (re)organizarem para o alcance dos objetivos, com anseios políticos e ideológicos, e desse modo, ocorrem transformações fundamentais tanto para os sujeitos – que passam a adquirir autonomia e empoderamento político e social – quanto pelo espaço social que será inevitavelmente alterado em virtude do agir concreto que o saber conduzirá os mesmos. O espaço escolhido para a investigação empírica do presente trabalho foi o Assentamento Palmares os métodos utilizados foram a pesquisa-ação e autobiográfica, acreditando que a autora tem muito a contribuir de modo enfático nesses diálogos em virtude de sua própria história, de mãe, mulher acampada, e camponesa, suas vivências e experiências de ser social que luta pela igualdade na distribuição de terra e vida em dignidade para a população camponesa se mescla com a temática aqui exposta.

Palavras chave: Formação. Luta. Pedagógico. Transformações.

INTRODUÇÃO

No atual contexto político, social e econômico tem-se posto no chão da realidade o Capital versus Movimentos Sociais num constante antagonismo em que a terra para uns é vista como fonte de especulação e geração de lucro, enquanto que para outros, ela tem um significado maior, que é a produção camponesa para o sustento familiar e abastecimento do mercado local com verdura, legumes, frutos e grãos, fazendo com que a economia circule gerando renda e emprego. Neste embate entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contra o capitalismo, os/as trabalhadores/as do movimento Sem Terra foram construindo, por meio de sua história, práticas pedagógicas, contribuindo para a emancipação dos sujeitos e sujeitas, sendo um dos pontos eixos a forma de se organizarem coletivamente através de associações, Igrejas, mutirões para colher as plantações, reuniões para planejamento das atividades e nos encontros de formação, realizadas sempre com a participação de cada acampado e acampada nas tomadas de decisões, tal forma de agir foi fundamental para que não fosse perdido de vista os objetivos que impulsionam os/as assentados e assentadas em sua missão permanente lutarem por um pedaço de chão e torná-lo produtivo para o sustento familiar.

Dessa forma, trato de identificar as práticas pedagógicas que ocorreram nos processos de luta pela conquista do Assentamento Palmares, no município de Nova União/Rondônia e a contribuição do Movimento Sem Terra na formação dos assentados e assentadas evidenciando assim os motivos pelos quais a luta pela terra são postas, no presente trabalho, como um processo pedagógico, portanto, dialogaremos sobre as experiências que vivenciei junto com os

outros companheiros e companheiras desde o início das mobilizações e ocupações da terra que, posteriormente, veio a ser repartida entre o número 318 famílias, nascendo assim o atual Assentamento Palmares.

No ano de 1997, essa conquista revela os frutos dessa pedagogia do movimento Social aqui exposta e analisada, uma vez que ocorrem transformações fundamentais nos sujeitos sociais e na realidade política, sociais e econômica local, lançando luzes diante da realidade posta para um novo jeito de caminhar e de superar as dificuldades e por fim ir em contramão à sociedade capitalista que tem em sua síntese a individualidade, posto que a caminhada pedagógica do Movimento ensina todos/as a caminhar coletivamente em busca do sonho de conquistar a terra e nela semear e produzir. Para a concretização desse artigo me orientei pelo método da pesquisa-ação e autobiográfica a fim de trazer, com a recordação de minhas memórias, vivências e experiências da metodologia utilizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para as construções de organização e autonomia do mesmo, posto que presenciei esses processos, me inserindo na luta junto aos demais companheiros e companheiras por cerca de 03 anos.

Compreende-se o conceito de pedagogia aqui encontrado, como uma construção da autonomia da pessoa, num processo descrito por Paulo Freire, ao afirmar que, por meio das práticas vivenciadas que ao se educar, educa o mundo (FREIRE, 1999), a pedagogia do Movimento de acordo com (CALDART, 2004), a história da luta pela terra e o MST (MORISSAWA, 2001) e o lugar de onde escrevo (ANZALDÚA, 2000). No Assentamento Palmares as práticas pedagógicas se afirmam fundamentais no processo de luta dentro do Assentamento que ocorrem no cotidiano das pessoas, por meio de observação, análise e aplicação que se dá essas formações, onde, segundo Anzaldúa (2000, p. 234) “Não é o papel que você cria, mas no seu interior nas vísceras e os tecidos vivos”. Partindo desse princípio a formação humana está nas práticas de vivências, tornando-se experiências concretas que lapidam a realidade social, objetivando melhorá-la em benefício de todos e todas.

1 História e Histórias do MST, do Assentamento Palmares e da Maria

Antes tudo estava na natureza a terra, a água, os frutos, os animais. Todos retiravam apenas aquilo que era considerado necessário para a sua sobrevivência. Mas com a descoberta, feita pelas mulheres, que os frutos germinavam e davam novos frutos conforme a sua espécie (SAFFIOTI, 2004,) houve o desenvolvimento da agricultura, assim surgiram interesses

passando alguns a se apropriar dos bens que antes eram coletivos, gerando riquezas e excedentes.

A partir de então houve a distribuição social do trabalho e também a definição do público e privado. Com isso, as mulheres, crianças e todos os operários e operárias ficariam de fora desses espaços, o mesmo só caberia aos homens, brancos e ricos. A história do Brasil é marcada pelo processo de invasão dos portugueses, expulsando, colonizando e escravizando os povos indígenas que aqui viviam. Portanto, “[...] podemos dizer que a luta pela terra no Brasil nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas onde encontravam tudo muito disponível” (MORISSAWA, 2001, p. 57).

A apropriação destas terras se concretiza com a divisão de faixas de terras chamadas de Capitânicas Hereditárias entregues aos nobres portugueses através de concessão. Estes se tornavam donatários e deveriam explorar e pagar impostos à coroa portuguesa. “A partir do século XVII, os colonizadores praticamente desistiram de usar mão de obra indígena e passaram a substituí-la pela dos escravos africanos” (MORISSAWA, 2001). Michelle Perrot (1998) traz a abordagem de que os espaços públicos e privados eram destinados aos homens por que são eles os detentores dos meios de produção.

A distinção entre público e privado implica uma segregação sexual crescente do espaço. Uma das suas chaves talvez seja a definição do espaço público como espaço político reservado aos homens. A burguesia daquela época excluía da política os operários e as mulheres. E os operários, quando reivindicam o acesso à esfera política, reproduz o modelo burguês, excluindo as mulheres. (PERROT, 1998, p. 218).

A terra que antes era de todos, passou a ser de uns poucos, havendo, assim, a propriedade da terra, como a terra passou a ter dono, começou a desigualdade social. Historicamente, percebe-se que os detentores da terra e dos meios de produção tornaram-se os detentores da riqueza, assim a coletividade que garantia a sobrevivência do coletivo passa a ter excedentes e virando moeda de troca.

O Estado que teria de garantir terra, segurança, infraestrutura entre outros direitos individuais e coletivos, passa a gerir em torno daqueles que tem o meio de produção. Assim, a terra que antes tinha uma função social, que era de produzir alimento para saciar a fome do ser humano, torna propriedade de poucos que vão expulsando e excluindo os negros, os pobres e os pequenos proprietários os introduzindo como mão de obra barata e fazendo com que as famílias migrassem para a cidade e assim acontece o chamado êxodo rural e formando as comunidades que hoje denomina de favelas onde os camponeses expulsos das propriedades vão para a cidade e formando assim as grandes favelas (MORISSAWA, 2001, p. 10).

A convivência comunitária foi aos poucos se dissolvendo, com o poder e a riqueza minando as relações entre as pessoas e os grupos. “Famílias erguiam cercas para garantir que outras não viessem “compartilhar” de seus bens (...). Eram os indícios do surgimento da propriedade privada (MORISSAWA, 2001, p. 10).

Os excluídos da terra sempre lutaram para ter um lugar onde pudessem se organizar, criar suas famílias, produzir para a auto sustentação e geração de renda por meio do trabalho familiar. Nesta perspectiva, com um olhar voltado para esta realidade, surge em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “O MST foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964” (MORISSAWA, 2001, p. 120).

O Movimento surge com a ocupação da fazenda Macali, no Município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul com a proposta de se organizar por meio dos trabalhos coletivos e cooperação agrícola, na luta pela terra e transformação social. Mas a tão sonhada Reforma Agrária se consolidou com a desapropriação da fazenda Sarandí, localizada no município gaúcho Sarandí no governo do Presidente Leonel Brizola. “Para isso, ele utilizou uma lei Estadual, que dispunha sobre utilidade pública, já que na época não existia nenhuma lei de reforma agrária” (MORISSAWA, 2001, p.123).

Outros encontros aconteceram para reafirmar o compromisso com a classe trabalhadora e a ocupação como instrumento de luta pela reforma agrária. Foi definida a massificação da luta em todo o país e, desse modo, na década de 1990 o Movimento no estado de Rondônia organiza as famílias que não tinham terra e moravam em lotes de terceiros, onde trabalhavam como meeiros/arrendatários e pessoas que moravam nas periferias das cidades de Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Jaru, Urupá, Presidente Médici, distritos de Colina Verde e Tarilândia, para ocupar a fazenda Flor da Califórnia no Município de Jaru e denominou o acampamento com o nome de Zumbi dos Palmares.

Essas famílias se organizaram e plantavam verduras, legumes fizeram roça de arroz e mandioca para a garantia da autossustentação. O latifúndio, que antes era improdutivo, com o acampamento passou a ser produtivo, contudo, mesmo assim, houve o despejo e as famílias foram para o pátio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no mesmo Município. Ficaram por lá por quase um ano na espera que o INCRA resolveria os seus problemas que seria um lugar para chamar de seu ou nosso (PPE Escola Paulo Freire, 2012).

Nasci em uma família com onze pessoas sendo sete mulheres e quatro homens. Meu pai e minha mãe são filho/a de camponeses do Estado da Bahia. Eu, meus irmãos e minhas irmãs

somos do Estado do Espírito Santo, viemos para Rondônia na década 70 onde várias famílias migraram para o Território de Rondônia. Quando chegamos estávamos sem dinheiro, passamos necessidades, vivíamos de caça e de diárias que meu pai e minha mãe faziam. Até que minha mãe resolveu junto com uma vizinha, cobrar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a proposta do governo Federal de que teria terra para todos/as e com isso conseguimos a tão sonhada terra, localizada no distrito de Ouro Preto. Meu pai trocou a nossa terra em outro lote, posteriormente veio a realizar negociações de trocas de lotes outras duas vezes, e por fim acabamos indo morar em Mirante da Serra/ distrito de Ouro Preto D'Oeste/RO.

No ano de 1985 me casei e fui morar com o meu esposo na cidade de Ouro Preto D'Oeste, Rondônia. Mas não me adaptei com a vida da cidade e fomos morar no lote do meu pai e minha mãe, ficamos na casa deles até que desocupassem um barraco para morarmos. O engraçado é que quando desocupou o barraco não tínhamos móveis o que tínhamos ficaram em Ouro Preto D'Oeste e fizemos uma cama com ripas de coqueiro babaçu, moramos nesse barraco por vários anos, só mudamos de lá quando dei a luz ao meu segundo filho, mas nessa época a nossa situação financeira já tinha melhorado.

Gilmar (esposo) havia feito os nossos móveis e estava lecionando, a mudança de casa se deu por que a minha irmã e o meu cunhado foram morar em Mirante da Serra/RO e o meu irmão ficou cuidando do lote deles, por sintonia de laços de amizade e afeição meu esposo e meu irmão decidiram que iríamos morar todos no lote, só fiquei sabendo quando já tinham decidido, com isso ficou morando conosco dois irmãos meu, dois filhos, e como Gilmar lecionava e os meus irmãos trabalhavam no lote do meu pai e da minha mãe, eu e as crianças passávamos o dia só e ainda tinha um caso relevante, pois, na casa não havia água, as minas de água apenas uma ficava perto de casa e usávamos estas minas para beber água, lavar vasilha e cozinhar, a outra mina um pouco mais distante era utilizada para banharmos, como eu estava de dieta tivemos que pagar uma moça para lavar roupa e os homens buscavam água para fazer almoço e cuidar do serviço. Vivemos lá até o meu cunhado vender o sítio, fizemos outro barraco no lote do meu pai e mãe.

Quando Mirante da Serra/RO passou a município, Gilmar pediu demissão e mudamos para Ouro Preto D'Oeste RO, nesta época já tinha o Jean Pablo, Ruan Pierre a Thaís Luanne, moramos lá quase um ano e voltamos para o sítio dos meus pais, na linha 72 dei a luz ao meu quarto filho Luann Petter, depois fomos morar na Serrinha no município de Jarú/RO onde o meu esposo voltou a dar aula, ficamos lá mais ou menos 2 anos e Gilmar pediu demissão para irmos acampar.

Ao escrever a história de como se dá a pedagogia na e da luta, é preciso compreender segundo Glória Anzaldúa, de onde escrevo? Quem sou? Partindo dessas reflexões eu sou mulher, negra, mãe, esposa, avó, Sem Terra, militante e companheira, em minha fala tem um grito de dor preso pelo patriarcado, que começa a dar voz e vez com a decisão de irmos acampar, pois nos processos de pedagogia do Movimento consegui construindo gradativamente a minha autonomia pois, a minha vida no acampamento mudou muito, antes de acampar trabalhava em casa, cozinhando lavando e cuidando das crianças, enquanto o meu esposo lecionava na escola perto da casa.

No acampamento, a distribuição do trabalho familiar era a mesma, porque a responsabilidade doméstica continuava a mesma, o meu esposo que antes era professor tinha pedido demissão do trabalho para irmos acampar, estava trabalhando em uma marcenaria fazendo carroceria para caminhões, mas o meu trabalho, além dos afazeres da casa, recebi o convite para fazer parte do setor de animação do acampamento e, neste setor, passei a coordenar o acampamento junto com outros companheiros e companheiras. Assim, além de coordenar o setor de animação, passei a frequentar as reuniões da coordenação para discutir propostas de melhorias para o mesmo, já que a luta também se dava em todos os espaços.

O local de lavar roupas e vasilhas era para todos (as) por isso ficávamos esperando a vez, e enquanto não chegava a minha vez, a vizinha que ficava em frente ao lavador me chamava para tomar café enquanto conversávamos sobre o cotidiano das nossas vidas. Aquele momento era tão gostoso e descontraído que passava a minha vez e outra pessoa lavava vasilha/roupa no meu lugar. A forma de organizar o espaço de lavar as roupas e vasilhas era também um espaço de formação do sujeito, a partir da concepção de esperar a sua vez para executar a tarefa que está apta a realizar, percebe-se que ali há a transformação do ser humano. “Aqueles que estão “conscientizados” apoderam-se de sua própria situação, inserem-se nela para transformar” (FREIRE, 1980, p. 77).

O MST em negociação com o Instituição Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) decidiu que nos acampariam em um lugar em que o mesmo havia nos doado. A superintendência do INCRA de Jaru iria nos dar lonas e pregos para que fizéssemos os barracos. Os acampados fizeram poço e armaram os primeiros barracos, mas a coordenação estadual discutiu qual a melhor forma para fazermos uma ocupação e, assim, em vez de irmos para o local onde estavam fazendo as construções, nós ocupamos a Fazenda Triângulo no Município de Ouro Preto do Oeste/ RO.

Fizemos a ocupação da Fazenda Triângulo no dia 06 de setembro de 1995, com vários caminhões, éramos noventa famílias. Para o (MST) família são todos (as) acampados (as)

maiores de dezoito anos sendo estes casados (as) ou solteiros (as). Quando o motorista nos disse que estávamos chegamos ao local, era perto do amanhecer, fiquei apavorada e ao mesmo tempo, me deu uma alegria misturada com medo do desconhecido por que estávamos em um local que poderia ser nosso.

Como o caminhão que estávamos foi o primeiro a chegar no local nós fomos as primeiras famílias a pisar no chão que, provavelmente, seria nosso. Quando descemos do caminhão, os homens que tinham ido para fazer o reconhecimento do local vieram nos receber e nos mostraram um igarapé que ficava a pouca distância do local que estava o caminhão. Lavamos o rosto e pegamos água para fazer café. Meu esposo tinha feito três tripés (fogareiro de pescador) para cozinhar enquanto fazia o nosso barraco. Como era prático colocamos os tripés no chão e fiz café, várias pessoas vieram beber e, assim, as famílias improvisaram fogões, fizeram café e almoço e os homens foram abrir espaço na mata para organizar os barracos.

Estávamos na linha 203 de Ouro Preto D'Oeste, haviam pessoas que já moravam nesta linha 203 sendo estes trabalhadores/as como meeiros, arrendatários, filhos de sitiantes locais que também desejava lutar por um pedaço de chão para suas famílias, e procuraram à coordenação do acampamento para uma reunião para dialogarem sobre a possibilidade de acamparem conosco, foram aceitas, vieram fazer os barracos. Com essa discussão, alguns pistoleiros aproveitaram e também acamparam, e vez ou outra as pessoas comentavam que alguém disse que acabaria com o acampamento e que ia dar muitos tiros até que não houvesse ninguém vivo, contudo, como algumas famílias veio da região reconheceram os pistoleiros e, para a segurança das famílias, os jagunços foram expulsos.

Ficamos ali pouco tempo, logo percebemos que não estávamos em terra da União, levantamos acampamento, mudamos para um lugar na mesma fazenda, mas em terras da União. Como dessa vez não teve transportes tivemos que carregar as mudanças nas costas e em carroças de burro que os vizinhos nos doaram para este trabalho. Novamente os nossos barracos eram dentro da mata. Nós fizemos uma associação de mulheres que possibilitou a compra de várias máquinas de costura e como contra partida deveríamos fazer uma horta. Essa horta era para abastecer o Acampamento.

O barracão de costura ficava perto do barracão da assembleia (local onde nos reuníamos para decidir sobre os assuntos que foram discutidos na reunião da coordenação). Enquanto as mães costuravam, as crianças brincavam e, ao brincar, iam aprendendo e ensinando a ler pois brincavam de professoras (as) e alunos (as), e de casinha... Com suas brincadeiras as crianças mais novas aprendiam com as mais velhas. Segundo Paulo Freire, a Educação tem que respeitar o mundo da criança.

Pensávamos juntos numa educação que, respeitosa da compreensão do mundo das crianças, as desafiasse a pensar criticamente. Uma educação em cuja prática o ensino dos conteúdos jamais se dicotomizasse do ensino do pensar certo. De um pensar antidogmático, anti-superficial. De um pensar crítico, proibindo-se a si mesmo, constantemente, de cair na tentação do puro imprevisto (FREIRE. 1999. p.168).

O meu barraco ficava perto do barracão de costura e perto do local que fazíamos reuniões de núcleos que, por coincidência, era o mesmo local onde nos reuníamos de manhã para bebermos café e bater papo. Falávamos sobre o que acontecia no acampamento e, quando a conversa ia avançando, um dos companheiros ria e falava comigo: “quando você morrer, Gordura, seu corpo vai numa caixinha de fósforo mas sua língua, vai ser preciso várias carretas para carregar” e, neste bom humor, nós íamos trabalhar.

No Grito da Terra⁴ do ano de 1997 que aconteceu em Porto Velho-RO foram feitos sorteios das famílias para mobilização e, no final do Grito, como não havia sido resolvida a situação do acampamento Zumbi dos Palmares e Chico Mendes e as famílias que foram representando os dois Acampamentos permaneceram em Porto Velho, ficaram Acampadas dentro do INCRA e só foram embora quando resolveram que as fazendas Hermes no Município Presidente Médici/ RO, a fazenda Triangulo em Ouro Preto D’Oeste/ RO e a Fazenda Ouro Preto no Município de Nova União/RO seria demarcada para Assentamento.

Foram assentadas 318 famílias em nova união/ RO e 100 famílias em Ouro Preto D’Oeste, assim foram assentadas 418 famílias. É importante ressaltar que, com a divisão das áreas as famílias que vieram para o Município de Nova União/ RO foi denominada Palmares e a que ficou no município de Ouro Preto D’Oeste/RO Zumbi, e as famílias foram distribuídas entre os dois Pré-Assentamento por meio de sorteio.

As 318 famílias que aqui chegaram cheias de sonhos, porém marcadas por três intensos anos de acampamento, embaixo das lonas pretas em condições sub-humanas, expostas ao sol, chuva, epidemias, alimentos escassos, falta de saneamento básico, ameaças à vida por parte de pistoleiros, riscos de árvores caírem sobre os barracos e dependentes de cestas básicas entregues pelo INCRA, na época continha feijão carunchado e que não cozinhavam. Famílias que viviam situações adversas sendo estes, os fatores determinantes para tomarem a decisão de irem para o acampamento e lutar por um pedaço de terra.

⁴É a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Reúne anualmente, na capital federal, milhares de pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores (as) familiares, assalariados (as) rurais, assentados (as) e acampados (as) da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural. Fonte: <http://fetase.org.br/mobilizacoes/grito-da-terra-brasil/>

Ao organizar a luta pela reforma agrária no Estado de Rondônia, o Movimento percebeu que era preciso ir além da luta pela terra, mas que outros elementos eram necessários para a permanência na terra, como: crédito agrícola, infraestrutura nos assentamentos, saúde e educação. Narrando esta história é possível identificar diferentes atores sociais bem como vislumbrar os impactos sociais, econômicos e estruturais ocorridos no município com a chegada das famílias Sem Terra em 1996, na fazenda Ouro Preto, onde permaneceram por um ano, em um Pré-Assentamento até se deslocarem para suas áreas definitivas.

O saldo econômico, social e político foram notados rapidamente no município, contribuições estas trazidas pelas famílias neste processo de Assentamento devido ao investimento de recursos públicos, fomento, crédito moradia e agrícola, por parte do governo federal através do INCRA, das políticas que tiveram de ser adotadas e mudanças ocorridas na cidade diante da circulação de recursos investidos, quanto a compra por parte dos Assentados de materiais de consumo, alimentação, materiais para construção e aquisição de equipamentos agrícolas e bens imóveis ao mesmo tempo em que impulsionaram a economia local gerando empregos e rendas.

Os Sem Terras, vistos pela população local a princípio como os baderneiros, os invasores, os “perigosos”, aos poucos foram ganhando a confiança dos habitantes e fazendo-os perceber que eram seres comuns despossuídos de bens e condições de vidas, oriundos a maioria das periferias de outras cidades, ou que trabalhavam a meia em terras alheias e que depositaram na luta, conquista da terra a possibilidade de nele buscar o seu sustento e de suas famílias.

Nesse sentido, *o virar o mundo de ponta cabeça*, que está radicalmente presente na ação de ocupar um latifúndio, também está em tornar uma terra produtiva, em conquistar o apoio da sociedade para a causa da Reforma Agrária, em demonstrar quando um saque de alimentos pode não ser considerado um roubo, em conseguir trazer a escola para o campo, em aprender a ler mesmo já tendo muita idade, em enfrentar derrotas, em manter o brio nas situações de indignidade; está também em conquistar espaço no próprio Movimento, em modificar o jeito de ser, de se relacionar com pessoas, em aceitar transformar-se como ser humano, a cada dia, a vida toda. E então a luta social maior articula e re-significa os diversos sentidos de cada uma dessas pequenas lutas que acontecem em seu cotidiano, e tempera isso tudo com ingredientes de história, política, cultura (CALDART, 1999, p. 332).

A partir da convivência e experiência dos anos de acampados começavam agora estabelecer novos vínculos de convivência também com os trabalhadores da cidade, tendo o propósito de produzir alimentos, lutar pela estruturação do Assentamento, por políticas públicas que atendessem aos Assentados, como estradas, escolas, saúde, preço na produção, e que todas estas lutas traziam reflexos positivos e imediatos a todo o município.

As lutas foram se tornando mais intensas porque já não somente por terra e sim como mencionado antes, pelas condições para se permanecer na terra: moradia, educação, infraestrutura, crédito agrícola, assistência técnica e educação. Neste leque foi possível fazer ações diversas com outras forças organizadas no município, e também promover atos de solidariedade. Atividades de formação e educativa tanto no Assentamento quanto em outros espaços do município.

Por meio da produção agrícola e das relações estabelecidas e no convívio e respeito com a natureza e os recursos naturais existentes, com os resultados econômicos alcançados, as famílias Assentadas foram ganhando respeito e conquistando outros espaços no município. Passaram também a assumir como seus, os problemas ocorridos e, num processo permanente de mobilização, conseguiam ajudar outras pessoas a resolver os problemas e também acreditar nas possibilidades de mudanças. De acordo com Caldart (2004, p. 331) “[...] esse é um dos aprendizados ao mesmo tempo herdados e construídos pela trajetória histórica do MST. Por isso, manter os sem-terra em estado de luta permanente é uma das estratégias pedagógicas mais contundentes produzidas pelo Movimento”.

O município de Nova União-RO pode ser dividido em dois períodos de sua história, o antes que compreende a chegada das famílias Sem Terra ao município em luta por Reforma Agrária e após no ano de 1997. Um município recém-emancipado, em 22 de junho de 1994, mais ainda com a característica de NUAR (Núcleo Urbano de Apoio rural), totalmente dependente de políticas públicas, redes de serviços básicos e comerciais, e de administração política. O primeiro impacto foi o aumento da população, passando os Assentados e Assentadas a somarem quase 600 famílias a mais no município, depois tendo o município de se adequar para atender as necessidades emergenciais, estruturais, logísticas e sociais requeridas pelas famílias Assentadas em forma de lutas e ações permanentes que traziam resultados concretos a todo o município e aos trabalhadores do campo e da cidade como um todo.

Ao demarcar esta linha do tempo é possível afirmar o salto quantitativo e qualitativo em todos os aspectos a partir da existência dos Assentamentos Palmares e Margarida Alves. Quanto às bandeiras iniciais e formas de organização e estruturação do Assentamento podemos dizer que nestes mais de vinte anos do Assentamento Palmares, houve muitas conquistas e avanços com resultados positivos na vida da população nas áreas de produção, aquisição de bens de consumo, móveis e imóveis, ampliação e garantia da renda familiar, prestação de serviços sociais, geração de novos empregos e outros.

O Assentamento conta com várias Associações onde os Assentados e Assentadas discutem a melhoria da produção, e a venda da mesma e ainda conta com maquinários para o

preparo do solo, onde vão plantar para o seu sustento e da população do Município, uma das coisas com maior relevância neste processo da luta pela terra e que nós nos (re)conhecemos uns nos outros mesmo não tendo parentesco, mas quem disse que parente precisa ser do mesmo sangue?

Entre tantos resultados visíveis e palpáveis, destaco a luta permanente que travamos em todos os espaços, desde as discussões nas reuniões para as realizações dos mutirões, escolas, igrejas e associações, lutamos por uma educação libertadora e emancipatória, tanto nas nossas agrovilas (nome que o INCRA deu para a demarcação das glebas) como nas escolas, foi por meio de mobilizações que conseguimos a infra-estrutura do Assentamento, moradia estrada, escola... A garantia do ensino escolar desde do pré-escolar ao 9º ano nas modalidades da educação infantil e ensino fundamental, séries iniciais e finais, nos assentamentos Palmares e Margarida Alves, o que permitiu a muitos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária, cursarem universidades, em diferentes cursos: Agronomia, Direito, Licenciatura em Educação do Campo, Pedagogia, Medicina, Técnicos em Agroecologia e outros, além de cursos de mestrados.

A Escola Paulo Freire, situada na área social da gleba 04, agrovila Boa União, é fruto das lutas protagonizadas pelas famílias Assentadas. Dando início as suas atividades em 1999 orientadas pela Secretaria Municipal de Educação e partindo do “avanço dos debates feito a partir da Educação do Campo e baseado nas Diretrizes Operacionais da Educação básica do Campo, surgiu o desafio de se construir coletivamente o Projeto Pedagógico Escolar envolvendo todos os seguimentos que atuam diretamente na escola: equipe de trabalho e apoio (quadro de funcionários), alunos, pais, Associação de Alunos Pais e Professores (AAPP), comunidade local” (PPE Escola Paulo Freire, 2012).

Os pais em uma Assembleia escolar decidiram em unanimidade que a cor do uniforme Escolar seria vermelha que é a cor da resistência, mas um dos grandes desafios que a Comunidade Escolar enfrenta, por ser uma escola localizada em um Assentamento e a cor dos mesmos, que segundo os gestores do município, a cor vermelha é uma apologia à violência. E cada eleição os gestores tentam mudar a cor.

Depois de conquistar a terra veio os desafios de fazê-la produzir, produzimos usando agrotóxico, mas com o passar dos anos nos conscientizamos que o uso do veneno fazia mal a nós e ao solo. Então passamos a produzir agroecologicamente, o trabalho é familiar. Além de trabalhar com a agricultura sou funcionária pública do Município de Nova União/ RO. Minha formação vem de longos anos, para concluir o ensino fundamental e médio foram vários anos de luta até que em 2014 terminei o ensino médio e passei em um vestibular em Lapa município

do Paraná no Assentamento Contestado no curso de Educação do Campo, Habilidade em Ciências da Natureza mas uma tive que desistir para cuidar de meus pais.

Em 2015 surge mais uma vez a chance que ingressar em uma faculdade Federal e aqui estou fazendo o artigo do TCC para a conclusão do curso em Licenciatura em Educação do Campo, mas tudo isso devo ao Movimento que pensou em lutar por políticas públicas que garantisse a escolarização dos camponeses e camponesas e que esses (as) repasse o conhecimento para que outros possam, por meio de curso e palestra, organizar a produção e que essa chegue na mesa dos trabalhadores do campo e da cidade. Este é um entre tantos elementos que faz acreditar que a Reforma Agrária é a solução para o campo e que a pedagogia está presente em todos os momentos da luta pela terra num processo formativo e permanente trazendo um novo olhar, outro jeito de ser, pautados na construção de seres autônomos, solidários, inquietos em busca de mudanças e de transformações necessárias para que se viva melhor, com respeito e dignidade.

2 Aprendizados/ensinamentos

A educação no MST acontece desde quando a coordenação do Movimento se reúne para a distribuição de tarefas e organização dos militantes em frentes de atuação nos vários setores. Assim, quando a frente de massa, que é a frente que organiza as ocupações, distribui tarefas em que os militantes articulam as reuniões com as representantes das comunidades, sindicatos, as associações entre outros e marca reunião com os sem-terra daquela comunidade para falar da possibilidade das famílias irem para o acampamento. Nesse fazer-se em Movimento e, bebendo de sua própria Pedagogia, que o MST se transforma e transforma o mundo e, nestas transformações, conscientiza o sujeito na luta social.

Nesses anos de Sem Terra, acompanhando a dialética do Movimento por meio das observações e participação nas atividades, que fui me informando e me formando. É um processo contínuo de aprendizado que se dá nos encontros de formações em que o Movimento está inserido, são eles: encontros regionais, estaduais, nacionais, encontro de mulheres, nas reuniões da Frente de Formação, Educação e Gênero (FEG), dos encontros dos Sem Terrinhas, na lida com a terra, com as pessoas, comunidade eclesiais de base e na escola.

Por que escrever as minhas experiências e vivências? Para deixar as marcas das lembranças, os medos do apagamento da história e mostrar ao mundo que mesmo morrendo deixamos algo e vivemos. Dialogando com Glória Anzaldúa (1981) sobre o escrever e deixar escrito o espírito da revolta para que a minha história não seja esquecida, apagada. E também,

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 1981, p. 232).

Escrevo também porque, escrevendo, aprendo. Escrevo, porque na luta pela terra travamos diálogos conosco e com o outro. E nesse processo, vamos construindo laços, vivendo em coletivo, convivendo com pessoas de culturas e modo de agir diferente, pois, conforme Paulo Freire, é no processo de fazer história que vamos nos construindo enquanto sujeitos.

Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres de inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança (FREIRE, 1999, p. 91).

As famílias Acampadas ou Assentadas nos diversos Acampamentos e Assentamentos compreendem que é no convívio uns com os outros que nos educamos. Esse convívio só é possível através do diálogo e do respeito, da participação e na inserção das distribuições de tarefas. Nos nossos espaços, aprendemos a olhar o outro, a cuidar com respeito e admiração, mulheres, crianças, idosos, idosas, homens, jovens. Aprendemos também que, para o funcionamento da organicidade do acampamento ou assentamento, é preciso nos ponharmos à disposição para efetuar as tarefas: ir pra Ciranda Infantil, limpeza e embelezamento do acampamento plantando flores e girassóis, Setores (saúde, educação, animação, formação, etc.).

3 Lutar, Plantar, Colher, Ensinar, Aprender e outros movimentos do MST

Conforme mencionado, é no processo da luta, em marcha, cantando, sorrindo, ocupando a terra, conquistando chão, que o MST faz educação, pois é sujeito de sua própria pedagogia. Nesse dinamismo, formando sujeitos para a transformação social, que também é processo e não algo que já está dado, que se destaca o sentido da luta e da existência.

No percurso da luta pela terra, fez-se necessário, tanto para o trabalho com as crianças nas escolas, quanto para o trabalho no manejo das produções familiares e os cuidados com a saúde, que o MST pleiteasse também a luta pela educação. Desse modo, além dos cursos de formação de militantes, Escolas Estaduais do MST, Encontros e Minicursos, iniciamos, a nível nacional, conversas com o Ministério da Educação e com o INCRA para que criassem cursos de Pedagogia da Terra para a formação de professores e cursos de Agronomia, e outras formações superiores.

A Educação do Campo, debatida desde 1998 como contraponto à forma de educação que temos no país, é uma perspectiva pedagógica e uma prática política. O processo de formação, nesta vertente do ensino, encontra-se aliando Movimento social e ação coletiva. Entendemos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ensina por meio da teoria e da prática, dialogicamente, por que para o Movimento uma não pode ficar separada da outra. Por isso, em nossos núcleos de base, tanto nos Acampamentos quanto nos Assentamentos, debatemos, problematizamos e fazemos estudos sobre as realidades com os companheiros e companheiras onde os mesmos possam pensar e refletir sobre suas práticas e experiências. Além destes espaços de formação buscamos formação acadêmica para dizer que tanto na academia como nos outros espaços se faz ciência.

Considerações

O desenvolvimento desse artigo possibilitou falar de uma educação libertadora, onde camponês e camponesa se emancipam no processo da luta pela terra, aprendendo e ensinando. Essa transformação do sujeito se dá a partir da sua inserção na luta e na busca por seus direitos, e somente se faz visível dentro dos processos de luta pela terra, embora, em decorrências de inúmeras situações, muitos não chegam ao objetivo final por algumas limitações e maiores fragilidades, no entanto o que faz com que alguns desistam da caminhada é a morosidade do processo dessa transformação além de que para uns são lentas para outros são graduais.

Nesse desfecho é importante ressaltar que o Movimento, ao longo da luta, sempre buscou formar os militantes para que os mesmos pudessem contribuir com as gerações futuras, e no Assentamento Palmares essa formação se deu de forma que no processo da luta compreendesse qual o papel que as pessoas teriam ao longo da história, provocando assim várias reflexões individuais e coletivas, e conseqüentemente promovendo a autonomia de cada pessoa.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo iniciar conversaciones sobre las numerosas transformaciones que ocurren en los sujetos sociales y en el contexto político-económico en el que se encuentran reflexiones y provocaciones pedagógicas al sumergirse en procesos de lucha por la tierra. Estas transformaciones son germinadas en el terreno de la realidad, ser nutridos por los desafíos que se presentan cuando lo evidente se hace evidente, y nuevas alternativas para que las desigualdades sean justicia e igualdad en el campo. Por lo tanto, se basa en el supuesto de que la lucha por la tierra en su centralidad, un proceso educativo, desde los sujetos sociales, de manera colectiva y comprometidos con la tierra, reunirse para compartir las enseñanzas y (re) organizar para la consecución de objetivos, con aspiraciones políticas e ideológicas, y de este modo, Transformaciones fundamentales tanto para los sujetos - que ahora adquieren autonomía y empoderamiento político y social, así como el espacio social que inevitablemente cambiará en virtud de la acción concreta que el conocimiento los conducirá. El espacio elegido para la investigación empírica del presente trabajo fue los métodos de liquidación de Palmares utilizados. investigación de acción y autobiográfica, creyendo que el autor tiene mucho que aportar En estos diálogos en virtud de su propia historia, de madre, mujer en el campesina, sus experiencias y experiencias de ser social que luchan por la igualdad en la distribución La tierra y la vida en dignidad para la población campesina se mezclan con el tema aquí expuesto.

Palabras clave: Formación. Luchar. Pedagogía. Transformaciones

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Estudos Feministas**. n. 1, 2000. (229-236).
- CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. **Estud. av.** São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01030142001000300016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2019.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. ITERRA. 1 edição. 2001.
- ESCOLA PAULO FREIRE. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**. Nova União/RO, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Editora Moraes. SP. 1980.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da Luta Pela Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operário, mulheres e prisioneiros**: Rio de Janeiro: Terra e paz, 1988.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2^a reimpressão, 2004.